



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Celly Lorrany Quirino Lelis

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E PSICOPEDAGOGIA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Orientador(a): Prof. Dr^a. Flávia Moura de Moura

JOÃO PESSOA
2024

CELLY LORRANY QUIRINO LELIS

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E PSICOPEDAGOGIA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Flávia Moura de Moura

Aprovado em: 02 / 05 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Flávia Moura de Moura
Prof.^a Dra. Flávia Moura de Moura (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Thereza Sophia Jácome Pires
Prof.^a Dra. Thereza Sophia Jácome Pires (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L541t Lelis, Celly Lorrany Quirino.

Transtorno do Espectro Autista e Psicopedagogia: uma
revisão sistemática / Celly Lorrany Quirino Lelis. -
João Pessoa, 2024.
29 f. : il.

Orientação: Flávia Moura de Moura.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Autista. 2. Psicopedagogia. 3. Transtorno do
Espectro Autista (TEA). I. Moura, Flávia Moura de. II.
Título.

UFPB/CE

CDU 616.896(043.2)

RESUMO

Este estudo compreende a psicopedagogia com a qualificação fundamentada na observação e na análise para reconhecer as dificuldades relacionadas à aprendizagem, contemplando as especificidades do indivíduo e considerando sua atuação interventiva nos sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estudos apontam que, a atuação psicopedagógica voltada para a intervenção das dificuldades de aprendizagem no TEA, visa estimular o desenvolvimento das funções executivas, que são importantes para o desenvolvimento cognitivo, social e conseqüentemente para o processo de ensino-aprendizagem. Diante desse contexto, este estudo tem por objetivo analisar os trabalhos de conclusão de curso produzidos na graduação de psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sobre o transtorno do espectro autista, por meio de uma revisão sistemática. Adotou-se o seguinte questionamento: Qual é o panorama dos estudos desenvolvidos na graduação de Psicopedagogia sobre o Transtorno do Espectro Autista? Para obtenção dos dados foi realizada uma busca no banco de dados da referida Universidade. Na primeira etapa da busca foram encontrados 180 trabalhos. Na segunda etapa foram selecionados 12 TCCs, considerando os critérios estabelecidos neste estudo. Na terceira etapa, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e analisados, sendo estabelecidas três categorias, considerando as temáticas abordadas nos estudos: escola, intervenção e família. A análise dos estudos contempla que a inclusão de alunos com TEA, juntamente com a formação de professores e outros profissionais adequados, bem como as adaptações curriculares e intervenções ainda carecem de aprimoramento e, a participação da família nesse contexto é de suma importância para a defesa dos direitos de suas crianças e aprendizagem contínua.

Palavras-chave: Autista; Psicopedagogia; TEA.

ABSTRACT

This study understands Psychopedagogy with the qualification based on observation and analysis to recognize the difficulties related to learning, contemplating the specificities of the individual and considering their intervention in the symptoms of Autism Spectrum Disorder (ASD). Studies show that psychopedagogical work focused on the intervention of learning difficulties in ASD aims to stimulate the development of executive functions, which are important for cognitive, social development, and consequently for the teaching-learning process. Given this context, this study aims to analyze the undergraduate thesis produced in the undergraduate course in Psychopedagogy at the Federal University of Paraíba, on Autism Spectrum Disorder, through a systematic review. The following question was adopted: What is the panorama of studies developed in the undergraduate course in Psychopedagogy on Autism Spectrum Disorder? To obtain the data, a search was carried out in the database of the aforementioned University. In the first stage of the search, 180 works were found. In the second stage, 12 undergraduate thesis were selected, considering the criteria established in this study. In the third stage, the selected papers were read in full and analyzed, and three categories were established, considering the themes addressed in the studies: school, intervention, and family. The analysis of the studies contemplates that the inclusion of students with ASD, together with the training of teachers and other appropriate professionals, as well as curricular adaptations and interventions, still need improvement, and the participation of the family in this context is of utmost importance for the defense of the rights of their children and continuous learning.

Keywords: Autistic; Psychopedagogy; ASD.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Maenner et al. (2023), em uma pesquisa conduzida pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) sobre a prevalência e características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre crianças de 8 anos em 11 locais do Estados Unidos, estima-se que 1 em cada 36 crianças americanas recebem um diagnóstico dentro do Espectro Autista, uma proporção consideravelmente mais alta que as anteriores, representando 2,8% dessa população infantil. Este número é 22% maior que o anterior, que era de 1 em 44, e destaca uma tendência ascendente na identificação do transtorno (Paiva Jr., 2023).

O estudo também revelou que, pela primeira vez, a porcentagem de diagnósticos de autismo entre crianças asiáticas, hispânicas e negras superou a das crianças brancas, sugerindo uma melhoria na triagem e no acesso a serviços entre grupos que historicamente receberam menos atenção, também apontando que a prevalência de autismo entre os gêneros continua a mostrar uma maior incidência no sexo masculino, com uma proporção de 3,8 homens para cada mulher (Paiva Jr., 2023).

De acordo com informações da CNN (Cable News Network) Brasil (2023), devido à ausência de dados oficiais sobre a prevalência de autismo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluiu uma questão específica no Questionário de Amostra do Censo 2022, no qual, a estimativa para o resultado sairá possivelmente no segundo trimestre do ano de 2024: “Já foi diagnosticado(a) com autismo por algum profissional da saúde?” Obtendo como alternativas de resposta “sim” ou “não”, direcionada a 11% da população que participou da pesquisa representando cerca de 8,5 milhões de domicílios, buscando identificar indivíduos diagnosticados com autismo por profissionais de saúde.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos (DSM-5-TR, 2023), uma referência essencial para profissionais da saúde, define o TEA por meio de critérios específicos que incluem comprometimento persistente na comunicação social e interação social, bem como padrões de comportamento restritos e repetitivos. Estes sintomas, que se manifestam desde a primeira infância, impactam o funcionamento cotidiano e manifestam variações conforme o contexto e as características individuais, justificando a denominação de “espectro” (DSM-5-TR, 2023).

Consta-se no DSM-5-TR (2023) que o retardo no desenvolvimento da linguagem geralmente acompanhado de ausência no interesse, entrosamento e padrões de comunicação sociais incomuns são geralmente as iniciais manifestações do TEA. Dessa maneira,

Como muitas crianças com desenvolvimento típico têm fortes preferências e gostam de repetição (por exemplo, comer os mesmos alimentos, assistir ao mesmo vídeo várias vezes), distinguir comportamentos restritos e repetitivos que são diagnósticos de transtorno do espectro autista pode ser difícil em pré-escolares. A distinção clínica é baseada no tipo, frequência e intensidade do comportamento. (DSM-5-TR, 2023, p. 63).

Segundo Santos (2022) indivíduos com desenvolvimento atípico enfrentam desafios significativos para exercer seus direitos básicos e alcançar a inclusão. A sociedade e as instituições educacionais frequentemente esperam que essas pessoas se conformem às normas estabelecidas, em vez de adaptarem o ambiente para atender às suas necessidades. Essa expectativa de conformidade se manifesta em várias áreas, como: comunicação, comportamento, leitura, escrita, interações sociais, vestuário e expressões de afeto, criando barreiras que limitam sua participação plena na sociedade e seu bem-estar (SANTOS, 2022). Assim, pessoas com desenvolvimento atípico, como as com TEA, podem necessitar de adaptações e intervenções relacionadas ao processo de aprendizagem e escolar.

Segundo Bossa (2019), o objeto de estudo da Psicopedagogia consiste, em um sujeito a ser examinado por outro agente. Nesse contexto, a prática psicopedagógica se embasa no desenlace da interação entre o psicopedagogo e o aprendente, em que as respostas servem de base para orientar a conduta profissional do psicopedagogo.

Segundo Dias et al. (2019), o psicopedagogo é o profissional com a qualificação fundamentada na observação e na análise para reconhecer as dificuldades relacionadas à aprendizagem. Esse profissional torna possível o rumo didático e metodológico, compreendendo as especificidades de cada indivíduo. Sendo assim, a intervenção é apoiada na orientação dos pais e/ou responsáveis como também em auxiliar os educadores e outros profissionais envolvidos para que possam criar estratégias que assegurem uma aprendizagem engajada e progressiva.

Determinou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual é o panorama dos estudos desenvolvidos na Graduação de Psicopedagogia sobre Transtorno do Espectro Autista? Detendo como objetivo geral: Analisar os estudos realizados na Graduação de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba sobre o Transtorno do Espectro Autista

em trabalhos de conclusão de curso (TCC's); E, como objetivos específicos: identificar quais as temáticas têm sido abordadas em estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista por graduandos de Psicopedagogia; e discutir as contribuições da psicopedagogia no atendimento a pessoas com TEA.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em conformidade com o DSM-5-TR (2023), o critério diagnóstico para o TEA são: apresentar déficits persistentes na comunicação e interação social em variados contextos; padrões restritivos e repetitivos de comportamento e interesses ou atividades; estando os sintomas presentes no período inicial do desenvolvimento podendo ou não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podendo ser mascaradas por estratégias aprendidas na vida adulta.

Consoante, “os sintomas causam prejuízo clinicamente significativos no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente”; sendo que essas perturbações não são decorrentes do transtorno do desenvolvimento intelectual ou por atraso global do desenvolvimento (DSM-5-TR, 2023).

Fadda e Cury (2016) realizaram uma revisão da literatura sobre as possíveis causas do autismo e identificaram quatro abordagens diferentes: o ponto de vista biológico-genético, que considera o autismo uma condição neurológica presente desde o nascimento; a perspectiva relacional, que aponta as dificuldades na relação entre mãe e bebê como causa do autismo; a abordagem ambiental, que sugere que o autismo é causado por lesões neurológicas resultantes de fatores ambientais durante o período pré-natal, perinatal ou pós-natal; e a visão da neurodiversidade, que contrapõe os três paradigmas anteriores.

Consoante, Belo e Cavalcante da Fonseca (2020), abarcam na contemporaneidade que o autismo não é considerado uma doença, por não possuir morbidez consumptiva capaz de conduzir à determinada deterioração física, inclusive morte. Este ponto de vista é assentido como a perspectiva da neurodiversidade. Do mesmo modo, o TEA não é encarado como uma deficiência, visto que sua descrição não acomete a algum déficit da habilidade cognitiva ou intelectual, posto que há casos que expressam comorbidades. Na mesma direção, Wu (2020) enxerga o “autismo como uma diferença que caracteriza a singularidade do sujeito e não uma doença”.

A origem do TEA, classificado um transtorno do neurodesenvolvimento, ainda não foi esclarecida completamente pela ciência, independentemente da existência de potentes indicadores de bases genéticas. As exteriorizações do transtorno são abundantes e diversificam de acentuação em cada caso. Outrossim, o nível de dificuldade de cada criança é grandemente característico, justificando o emprego do termo “Espectro Autista” (Fernandes, Neves, & Scaraficci, 2006; Pires, 2007; Schmidt, 2017).

Conforme o DSM-5-TR (2023), para os procedimentos de registro, faz-se necessário a observância do nível de suporte para cada uma das esferas dos níveis: comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos, tornando-se fundamental que sejam avaliados separadamente e especificado se houver associações a condição genética, condição médica ou fator ambiental, problema de neurodesenvolvimento, mental ou comportamental e/ou catatonia.

Sendo assim, os especificadores de gravidade têm potencial para detalhar de forma sintética a sintomatologia vigente, reconhecendo que a magnitude pode diversificar com base no contexto e modular ao transcorrer do tempo. Com base nisso, faz-se pertinente que as necessidades do indivíduo sejam visualizadas de maneira individual, buscando identificar as necessidades do mesmo a partir de prioridades e metas (DSM-5-TR, 2023). À vista disso,

Um dos grandes problemas no tratamento do transtorno do espectro autista é a demora na identificação dos sintomas e o consequente atraso para se fazer o diagnóstico e iniciar o tratamento. Hoje sabemos que o autismo é um transtorno do comportamento que possui 'janelas de oportunidade' para intervenção. Isso significa que, se esperarmos para agir, perderemos chances ímpares de promover a melhora da criança e limitaremos a chance de ela obter sucesso na melhoria de muitos sintomas (Gaiato & Teixeira, 2019, p. 55, grifo do autor).

Compreende-se que, conforme Pinto et.al (2016), a revelação do diagnóstico de autismo emerge como um momento complexo e desafiador para as famílias, bem como para os profissionais de saúde encarregados dessa responsabilidade. O contexto físico, aliado às diferentes circunstâncias envolvidas na comunicação da notícia, pode exercer influência positiva ou negativa na mitigação do sofrimento familiar.

Neves et al. (2014) aborda que dentro do campo das investigações educacionais, análises de literatura conduzidas em várias fontes de informação revelam um aumento significativo nos estudos educacionais relacionados ao assunto, especialmente a partir de 2008, coincidindo com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Frente a isso, Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) em síntese, apresentam que os quocientes apontam as adversidades sofridas por professores e familiares na condição da inclusão escolar, tal como Nascimento (2017); Neves et. al (2014) e Oliveira (2012) aportam a insuficiência de explorações sobre escolarização e práticas pedagógicas inclusivas.

Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão frequentemente consequências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na ideia de que “um tamanho serve a todos”. Escolas centradas na criança são, além do mais, a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. (UNESCO, 1994, p.4)

Por sua vez, a escola desempenha um papel igualmente crucial nesse contexto, assumindo a responsabilidade de efetivar a inclusão do aluno. Em sequência, Fonseca (2011) aborda a questão da flexibilização na programação das atividades destinadas à sala de aula, enfatizando as adaptações nas estratégias pedagógicas, as quais não requerem necessariamente modificações nos conteúdos curriculares predefinidos. Por outro lado, a adequação curricular, conforme discutida pelo autor, implica na elaboração de atividades individualizadas e personalizadas, visando possibilitar o acesso efetivo ao currículo por parte dos alunos (Fonseca, 2011).

Dadas as circunstâncias, é imprescindível que os profissionais encarregados conduzam uma avaliação e intervenção abrangente das potencialidades e limitações do indivíduo utilizando ferramentas como instrumentos ou escalas diagnósticas. Além disso, é de extrema importância que a participação da família vá além do mero papel de observadora, sendo vista como uma colaboradora ativa e essencial no processo. Esse engajamento requer uma abordagem interdisciplinar cuidadosamente planejada, garantindo que o diagnóstico seja comunicado de maneira empática e sensível aos familiares, de modo a envolvê-los de forma integral no processo.

2.2 PSICOPEDAGOGIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Para Vigotsky (2012) compete à educação fornecer a direção certa ao processo intencional, do desenvolvimento de táticas e opções para o fortalecimento do aprendizado, tal qual, considerando as potencialidades dos indivíduos. Em conformidade, Fonseca (2014) indaga que para enfrentar as dificuldades, deve-se não apenas alterar os currículos da educação, mas modelá-los para abranger a neurodiversidade e a distinção da aprendizagem de todos.

Segundo Dias et. al., (2019), diversos fatores como sociais, ambientais e de desenvolvimento podem influenciar negativamente ou positivamente no processo de aprendizagem do indivíduo. Assim, no contexto em que tais fatores afetem negativamente o desenvolvimento do indivíduo, faz-se necessária a atuação do profissional da Psicopedagogia na investigação e intervenção das dificuldades de aprendizagem.

A Psicopedagogia, de acordo com Bossa (2019), é uma área multidisciplinar que pretende investigar e atuar na compreensão de como se dá o processo de aprendizagem, sendo seu foco compreender como cada sujeito aprende. Esta área surge inicialmente na França e, posteriormente na Argentina, seguidamente ao Brasil, pretendendo explicar o fracasso escolar e as demais dificuldades e/ou transtornos que influenciam o processo de aprendizagem.

Destarte, Nascimento e Souza (2018) inferem que a função do Psicopedagogo se revela de extrema importância, considerando que, como especialista focado nas facetas do processo de ensino-aprendizagem, detém competências que promovem a implementação de mecanismos eficazes por meio de uma perspectiva mais detalhada. Guimarães, Mezzomo e Bertoldo (2020, p. 469) afirmam que “a Psicopedagogia trata o sujeito como ser ativo, criador e transformador, que se modifica e se transforma pela sua ação social e material”.

Assim, a atuação Psicopedagógica faz-se necessária tanto em ambiente escolar, quanto no clínico. Onde, na escola, a atuação deste profissional irá consistir no auxílio e orientação aos docentes no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem, apresentando-lhes métodos para proporcionar um aprendizado significativo (Dias et. al 2019).

Na atuação clínica, o Psicopedagogo atua preventiva e interventivamente visando evitar e tratar de maneira direta os possíveis transtornos e dificuldades de aprendizagem que possam se apresentar, na atuação preventiva, o psicopedagogo deve identificar possíveis dificuldades relacionadas à aprendizagem, realizar orientações educacionais para a família e escola a partir das características observadas no indivíduo, etc. Já na intervenção, o

profissional irá voltar-se para a superação das dificuldades e potencialidades já presentes no cotidiano da criança (Bossa, 2019).

Nesse sentido, como supracitado, indivíduos dentro do Transtorno do Espectro Autista podem apresentar em algum nível dificuldades de aprendizagem, devido a complexidades comunicativas e de interação social já presentes em seu desenvolvimento global (DSM-5-TR, 2023). Mostrando-se assim necessária, a atuação do profissional da Psicopedagogia voltada para o auxílio da superação de tais dificuldades.

Estudos apontam que, a atuação psicopedagógica voltada para a intervenção das dificuldades de aprendizagem no TEA visa estimular o desenvolvimento das funções executivas, que são importantes para o desenvolvimento cognitivo, social e consequentemente para o processo de ensino-aprendizagem. Proporcionando a construção de potencialidades necessárias para a aprendizagem escolar, possibilitando o sujeito a conquistar autonomia no seu processo de aprendizado, minimizando também dificuldades que possam influenciar na convivência social no ambiente escolar a partir da inclusão da criança. (Santos, 2022; Muniz et al. 2017).

Sabendo que, o Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do desenvolvimento que compromete capacidades de comunicação e de linguagem, os indivíduos que possuem o transtorno podem demonstrar dificuldades na compreensão de informações escritas e/ou faladas, na expressão de pensamentos e sentimentos, entre outras, dificuldades durante a aquisição de habilidades em seu desenvolvimento global, podendo variar de acordo com o nível de comprometimento da criança (Fernandes, Neves, & Scaraficci, 2006; Pires, 2007; Schmidt, 2017).

Documentos e Leis nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394 (LDB) e o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10172 (PNL) pautam a escolarização de indivíduos com deficiência, estando incluso aqueles diagnosticados com TEA, prevendo além da escolarização, adaptação de ambiente e materiais educacionais para que estes indivíduos possam estar incluídos e devidamente acompanhar os conteúdos escolares (Brasil, 2001).

Dito isso, o Psicopedagogo, por ser um profissional que busca pesquisar e compreender como a aprendizagem ocorre, é um profissional competente e qualificado para realizar tais adaptações, seja a partir da atuação clínica ou institucional. Esse profissional deve trabalhar em conjunto com o docente a fim de realizar adaptações curriculares de materiais

educativos, utilizando diferentes técnicas para auxiliar no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sendo os materiais individualizados para as necessidades de cada aluno (Bertoldi & Brzozowski, 2020).

Assim, o Psicopedagogo deve trabalhar realizando avaliações das habilidades adquiridas e defasadas da criança para determinar de que maneira será realizada a intervenção. Realizando procedimentos de anamnese, entrevista com a escola (através de questionários, conversas, etc.), avaliação do desempenho de aprendizagem, aplicação de testes psicopedagógicos, e, a partir disso, partir para a intervenção direcionada para as dificuldades que o indivíduo apresenta (Dambros, 2022).

Essa avaliação e intervenção deve ser, contudo, realizada em parceria com outros profissionais como Psicólogos, Neuropediatras, Fonoaudiólogos, Fisioterapeutas, Psiquiatras, Analistas do Comportamento, Acompanhantes terapêuticos, Terapeutas ocupacionais, entre outros, tornando o atendimento multidisciplinar e multifacetado.

Ademais, é necessário que o Psicopedagogo realize sua atuação prezando pelo afeto, cuidado, atenção e respeito a individualidade, às potencialidades e dificuldades da criança. Portanto, proporcionando uma intervenção singular e individualizada a fim de auxiliar na superação de tais dificuldades focando nas capacidades e virtudes que este já possui (Muniz et al. 2017).

3 MÉTODO/ ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa emprega uma metodologia de natureza qualitativa, adotando uma abordagem descritiva. Conforme descrito por Gil (2002, p. 42), a principal finalidade da pesquisa descritiva é proporcionar uma descrição detalhada das características de uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre as variáveis relevantes. Esta perspectiva abrange uma variedade de estudos, sendo uma de suas características marcantes o uso de técnicas padronizadas para coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática.

3.1 OBJETIVO DA PESQUISA

Tem-se por objetivo geral analisar os estudos realizados na graduação de psicopedagogia da UFPB, sobre o transtorno do espectro autista, em trabalhos de conclusão de curso. E os seguintes objetivos específicos: identificar quais temáticas têm sido abordadas

em estudos sobre o TEA por graduandos de psicopedagogia e discutir as contribuições da psicopedagogia no atendimento a pessoas com TEA.

3.2 QUESTÃO-CHAVE

Para realização da revisão sistemática adotou-se o seguinte questionamento: Qual é o panorama dos estudos desenvolvidos na graduação de psicopedagogia sobre o Transtorno do Espectro Autista?

3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para seleção dos dados, adotou-se o seguinte critério de inclusão: Todos os Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação em Psicopedagogia, encontrados no Repositório Institucional da UFPB que abordam como objeto de estudo o transtorno do espectro autista. Foram excluídos todos os estudos que são de outras graduações ou pós-graduações.

A graduação em Psicopedagogia da UFPB, foi criada em 2009, portanto a amostra tem uma delimitação temporal de 15 anos.

3.4 COMO OS ESTUDOS FORAM ENCONTRADOS

A busca foi realizada na base de dados do Repositório Institucional da UFPB, a seleção do material ocorreu no mês de março de 2024, utilizando os seguintes descritores, (autista) e (psicopedagogia). A escolha do termo “autista” e não “transtorno do espectro autista” deveu-se ao cuidado para que estudos com o uso de nomenclatura mais antiga pudessem aparecer na busca e havendo como limitação a ausência de acesso aos trabalhos que não foram incluídos no repositório.

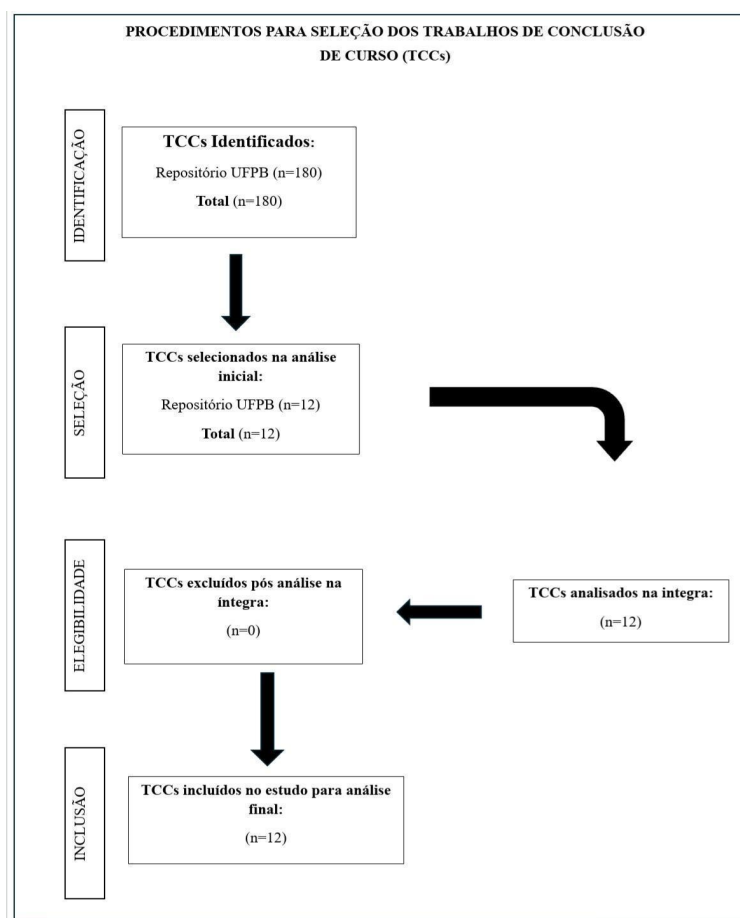
A seleção ocorreu em quatro etapas: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão. Para análise dos artigos, foram elaboradas fichas a partir das orientações de Moher et. al (2015).

Na etapa de identificação, foi realizada a busca com os descritores selecionados, conforme já citado, “autista” e “psicopedagogia”. Na etapa de seleção, os títulos e resumos foram lidos e passaram por análise através dos seguintes critérios: título, autores, ano de publicação, principais resultados e conclusões e se abordavam o TEA e a psicopedagogia, com o objetivo de verificar se correspondiam aos critérios de inclusão (abordar os temas citados e fazer parte da graduação).

Na etapa de elegibilidade, os trabalhos restantes foram lidos na íntegra e analisados novamente para verificar se ainda se adequavam aos objetivos do estudo. Por fim, na etapa de inclusão, foram extraídas as informações dos estudos selecionados através dos seguintes critérios: problema de pesquisa, justificativa, objetivos, método, participantes, coleta de dados, aspectos éticos, vínculo com os participantes, análise de dados, principais resultados, principais conclusões e lacunas de estudo, para que os mesmos pudessem ser analisados na fase final. Na primeira etapa foram encontrados 180 trabalhos.

Na segunda etapa foram selecionados 12 TCCs, pois os demais trabalhos foram publicações de outras graduações ou pós-graduações. Na terceira etapa, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e analisados a partir dos critérios de inclusão. Na última etapa, foram incluídos todos os 12 estudos analisados na íntegra e correspondentes aos critérios de inclusão. É possível observar tais etapas na figura 1.

Figura 1 - Etapas de seleção dos trabalhos de conclusão de curso para a análise do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

4 RESULTADOS

A partir da análise definitiva, cada trabalho selecionado foi designado com um símbolo exclusivo e as informações fundamentais foram estruturadas em quadros e tabelas com o propósito de posteriormente oportunizar a identificação e discussão (quadro 1).

Quadro 1 - Subdivisão dos TCC's que compõem a amostra do estudo de acordo com código de identificação, título, autores e ano de publicação.

CÓDIGO	TÍTULO	AUTORES	ANO	CATEGORIA
E1	Adaptação curricular para autistas no ensino fundamental: um enfoque na legislação educacional	Ana Paula de Oliveira	2016	Escola
E2	A Contribuição do método TEACCH para o atendimento psicopedagógico	Elisângela do Nascimento de Araújo	2015	Intervenção
E3	Autismo e afetividade: implicações da dinâmica familiar no desenvolvimento da criança autista	Eduarda Pereira do Nascimento	2016	Família
E4	A intervenção psicopedagógica: um estudo de caso de uma criança autista	Gabriela Dias de Lima	2015	Intervenção
E5	Contribuições das ações psicopedagógicas em uma criança com características de Espectro Autista: um estudo de caso	Ingrid marcelly Brito Medeiros	2015	Intervenção
E6	Transtorno do Espectro Autista: formação de professores para inclusão no ensino fundamental	Isabel Medeiros da Silva	2016	Escola

E7	Teoria versus prática na atuação psicopedagógica em crianças com Transtorno do Espectro Autista	Jullieny Maria Alves Valentim	2017	Intervenção
E8	A escolarização da criança autista	Karolyne Thais (coloca acento nesse thais) da Silva	2016	Escola
E9	Percepção docente acerca da inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista	Leila Carla Lima Ferreira Lopes	2017	Escola
E10	O lúdico como caminho facilitador para a leitura de crianças autistas	Luciana Soares da Silva	2016	Intervenção
E11	Avaliação da criança autista na perspectiva psicopedagógica	Rayssa dos Santos Sales	2016	Intervenção
E12	Adaptação curricular de crianças autistas: o que pensam os professores?	Thiago Henrique de Assis Albuquerque	2017	Escola

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Quadro 2 - Divisão detalhada da distribuição dos estudos, acrescentando os objetivos e síntese dos estudos.

CÓDIGO	OBJETIVO	SÍNTESE DOS RESULTADOS
E1	Analisar como é feita a Adaptação Curricular para crianças com TEA no Ensino Fundamental I.	A análise mostra que a Adaptação Curricular para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental I é insuficiente. Aplicou-se um levantamento sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada a um grupo de dez docentes do ensino fundamental de instituições educacionais particulares.

E2	Verificar a importância do método TEACCH para a aprendizagem do autista.	A investigação se deu através de uma avaliação inicial e a execução de tarefas estruturadas inspiradas no Método TEACCH com uma criança autista, identificada como P.H., sigla para representar a criança citada no estudo. Envolveu quatro fases focadas no desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas.
E3	Analisar a socialização do autista com base (partir) da afetividade da dinâmica familiar.	Consistiu em um estudo de campo envolvendo seis participantes, empregando um guia de entrevista com perguntas abertas e um levantamento sociodemográfico para descrever os participantes. As entrevistas revelam que as famílias de crianças com autismo lidam com uma grande quantidade de preocupações e incertezas.
E4	Descrever um trabalho de intervenção psicopedagógica e analisar quais as contribuições trazidas para o desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança.	Recorreu-se a ferramentas como avaliação inicial detalhada, registro contínuo, brinquedos educativos, e exercícios de alfabetização, entre outros, com uma criança de João Pessoa diagnosticada com TEA. Destarte, devido aos desafios impostos pelo autismo, é recomendado um acompanhamento psicopedagógico contínuo.
E5	Analisar as dificuldades de aprendizagem e necessidades da criança atendida.	Envolveu um menino de sete anos, aluno do primeiro ano do ensino fundamental, e utilizou-se de avaliação inicial, diálogos com estrutura semiestruturada com a mãe, testes operatórios piagetianos, técnicas projetivas, além dos Métodos TEACCH e PECS durante a avaliação e intervenção. Notou-se progresso em certas habilidades, enquanto outras ainda representavam um desafio.
E6	Analisar como se dá a formação dos professores em relação a inclusão de autistas no ensino regular.	A pesquisa contou com a colaboração de quinze educadores, sete de escolas públicas e oito de privadas, distribuídos por sete instituições em João Pessoa, e se utilizou de um levantamento sociodemográfico como ferramenta de avaliação. Os dados indicam que, segundo os professores, não há distinção significativa na inclusão de alunos com autismo entre escolas privadas e públicas.

E7	Analisar a construção do conhecimento do futuro psicopedagogo sobre o tema.	Foi um estudo exploratório com enfoque quantitativo do tipo de estudo de campo baseado em um questionário semiestruturado. Os resultados apontam para a necessidade de os psicopedagogos aprofundarem seus estudos sobre o autismo.
E8	Analisar como ocorre a escolarização da criança autista e quais dificuldades encontramos neste processo.	Caracterizou-se por ser um estudo qualitativo de revisão bibliográfica. Os dados coletados indicam que, apesar das legislações vigentes para proteger crianças com autismo de exclusão, ainda há desafios significativos na escolarização dessas crianças. Há uma escassez de escolas com profissionais qualificados para atender adequadamente esses alunos.
E9	Analisar a percepção docente acerca da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Utilizou um questionário com oito questões, aplicado individualmente com duração média de trinta minutos, definindo-se como um estudo exploratório descritivo de natureza qualitativa; resalta a necessidade de profissionais qualificados para que a inclusão ocorra de maneira efetiva.
E10	Pesquisar a praticidade do lúdico no processo de leitura em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Consistiu na coleta de dados por meio de observações, testes avaliativos, entrevistas e atividades, com análise qualitativa dos resultados sobre a inclusão de uma criança com TEA. Com base na análise realizada, consistentemente indicavam os obstáculos no aprendizado mencionados pela genitora do menor.
E11	Investigar como o psicopedagogo avalia a criança autista.	De índole qualitativa, foi realizado com três especialistas em psicopedagogia formadas pela UFPB, caracterizando-se pela análise fenomenológica dos dados obtidos através de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, dividida em duas seções: uma para informações gerais e outra para três questões essenciais. As entrevistadas compartilham visões semelhantes sobre os métodos aplicáveis na avaliação psicopedagógica de crianças com autismo.
E12	Conhecer as estratégias de adaptação curricular utilizadas por professores em escolares autistas da	Utilizou um guia de entrevista com estrutura flexível, aplicado individualmente com duração média de trinta minutos, e os dados foram examinados utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Foi observado que a percepção dos docentes sobre o

	rede pública da cidade de João Pessoa.	currículo influencia diretamente suas atitudes em relação às adaptações curriculares necessárias.
--	--	---

Fonte: dados da pesquisa, 2024

Para a discussão, os trabalhos foram organizados em categorias, considerando as temáticas apresentadas nos TCCs, conforme apresentado no quadro 2.

Figura 2 - Divisão detalhada da distribuição dos estudos relacionando os códigos e categorias para melhor visualização.

CÓDIGOS					
CATEGORIAS	INCLUSÃO	INCLUSÃO E APRENDIZAGEM	APRENDIZAGEM	APRENDIZAGEM E PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA	PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA
ESCOLA	E9	E1	E6, E8 e E12	X	X
INTERVENÇÃO	X	X	E10	E4	E2, E5, E7 e E11
FAMÍLIA	X	X	E3	X	X

Fonte: dados da pesquisa, 2024

5 DISCUSSÃO

Após a análise e revisão dos estudos, observou-se que, na categoria “Escola”, os códigos E1, E6, E8, E9 e E12, demonstram indicações de que a efetiva inclusão de alunos com TEA, juntamente com a formação de professores e profissionais adequados, bem como as adaptações curriculares, ainda carecem de aprimoramento. Essas lacunas comprometem a efetivação da concepção de aprendizagem para esses alunos, pois como supracitado, Fonseca (2011) aponta a necessidade de adaptações pedagógicas, atividades individualizadas e responsabilidade afetiva para com esses indivíduos no ambiente escolar.

Assim, Vygotsky (2015) evidencia a dimensão da escola na construção e desenvolvimento do ser, não necessitando ser verificado como um ambiente apenas para a constituição de assuntos formais, outrossim, para o progresso da liberdade, autonomia, princípios éticos e criatividade. Nesse contexto, é fundamental que a escola providencie ampliar relações que propiciem o interesse, estímulo, progresso e autoconfiança para que a aprendizagem do aluno se torne atraente e relevante.

Fisher e Gesser (2016) indicam que as condutas escolares, em maior número, fornecem às crianças atividades iguais referentes a um assunto, abordando a aquisição de forma invariável. Todavia, para que a aprendizagem ocorra de forma harmoniosa e inclusiva, a motivação e a adaptação curricular são pontos chave para isso, o que não acontecerá caso o aluno obtenha dificuldades ao decorrer desse processo. À vista disso, na constituição da aprendizagem, Visca (1987) e Fernández (1994), certificam o vínculo interpessoal como indicação afetiva para educadores.

Stainback et al (1999) declara os imprescindíveis componentes a serem vistos nessa perspectiva, dos quais os fins de ensino são flexíveis, atendendo às especificidades de cada aluno durante a implementação da proposta educacional e a eficácia de adaptações de atividades, permitindo que o professor tenha flexibilidade para modificar tanto a abordagem em direção aos objetivos quanto para incorporar diferentes adaptações de forma simultânea. A partir disso, o aluno poderá ter acesso ao currículo comum.

Fonseca (2011, p. 15) expressa que ao refletir que a escola tem de acolher a todos os alunos desvinculando suas características sensoriais, cognitivas, físicas ou sociais, deixando-nos à ideia de uma escola elencada em comportamentos inclusivos, pois atualmente a indagação não mais se remete ao ser contrário ou a favor da inclusão, pois já é posto um fato e direito incontestável, entretanto, ações eficazes de inclusão ainda são necessárias no sistema educacional.

Nesse sentido, a inclusão vai além da simples aceitação, pois para acolher adequadamente os alunos com dificuldades, é fundamental um preparo adequado. Isso significa estar capacitado não apenas em termos de infraestrutura escolar, mas também em relação à postura adotada pela comunidade escolar, que desempenha um papel crucial como apoio principal em cada etapa do processo de inclusão, tanto para os aprendentes quanto para seus familiares (Santos, 2022). Consoante, a qualificação dos profissionais da educação para a prática do trabalho inclusivo é indispensável, pois é essencial para a inclusão eficaz e verdadeira (Santos, 2010).

Dito isto, visando o desenvolvimento pleno do indivíduo e a utilização de avaliações e intervenções (estudos de códigos E10, E4, E2, E5, E7 e E11) baseadas em evidências, cabe-se ressaltar a abordagem com a maior evidência no ensinamento de indivíduos:

Características gerais de uma intervenção baseada na ABA (Applied Behavior Analysis, grifo nosso) tipicamente envolvem identificação de comportamentos e habilidades que precisam ser melhorados (por exemplo, comunicação com pais e professores, interação social com pares, etc.), seguido por métodos sistemáticos de selecionar e escrever objetivos para, explicitamente, delinear uma intervenção envolvendo estratégias comportamentais exaustivamente estudadas e comprovadamente efetivas. (Rispoli, 2013).

Posto isso, a atuação Psicopedagógica visa auxiliar na aquisição da aprendizagem trabalhando no sentido de superar as dificuldades que o indivíduo apresenta. Relembrando que, o Psicopedagogo é o profissional habilitado a atuar nas dificuldades de aprendizagem, realizando avaliações e intervenções direcionadas às dificuldades específicas do aprendiz visando a superação de suas dificuldades (Dambros, 2022). Em consequência, há instrumentos ou escalas diagnósticas que podem ser utilizadas, como:

- A M-CHAT (Modified Checklist for Autism in Toddlers) “é uma escala de rastreamento [...] com objetivo de identificar traços de autismo em crianças de idade precoce” (Robins et. al., 2021).
- TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped children) “é um programa que envolve as esferas de atendimento educacional e clínico, em uma prática com abordagem psicoeducativa, tornando-o por definição, um programa transdisciplinar” (Mesibov, 2007).
- CARS (Childhood Autism Rating Scale) é uma escala abrangente, indicada para crianças acima de 2 anos, utilizada para a diferenciação dos níveis de autismo e identificar crianças dentro do espectro de outras com déficits no desenvolvimento. (Schopler et. al., 1980)
- Check List ESDM (Early Start Denver Model), “desenvolvido com o objetivo de reduzir a severidade dos sintomas do TEA, como também acelerar o conhecimento e o desenvolvimento da criança em todos os aspectos” (Rogers; Dawson, 2014)
- VB-MAPP (Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program) é um protocolo que tem por objetivo avaliar comportamentos sociais e de

linguagem para crianças com transtorno do espectro autista ou análogos (Sundberg, 2008).

- As escalas ADOS-2 (Autism Diagnostic Observation Schedule - 2) (Rutter et al., 2023) correspondem a um programa semi-estruturado de atividades e entrevistas realizadas diretamente com a criança. ADI-R (Autism Diagnostic Interview-Revised) “é uma entrevista padrão ouro, semi estruturada e administrada aos cuidadores” (Lord et al., 1993). É demandado ao entrevistador uma capacitação anterior para o manejo do instrumento e para a cifragem dos resultados (Lord et al., 1993).
- O PECS (Picture Exchange Communication System) (Bondy; Frost, 2001) é um sistema de comunicação que promove a relação interpessoal, em que ocasiona um ato de comunicação entre o sujeito com dificuldades de fala e um adulto, através de mudanças de figuras.

Na terceira categoria,, referente a família, observou-se que, no estudo de código E3, é importante ressaltar que a participação na família no processo de desenvolvimento do indivíduo diagnosticado com TEA faz-se importante, pois, de acordo com Nascimento (2017) as orientações a família auxiliarão na criação de um ambiente motivador que poderá proporcionar a aprendizagem; já que a literatura tem focado as condições de generalização para pessoas e ambientes (Jesus; Oliveira e Rezende, 2017).

Bosa (2006) “identificou um crescente reconhecimento acerca da importância de envolver tanto as necessidades da criança autista como as da família.” Na mesma direção, Reis, Pereira e Almeida (2016) evidenciam que a família deve ser preparada para amparar a evolução dos seus filhos e entender a relevância da cooperação efetiva e frequente entre família e profissionais para que as respostas positivas das intervenções sejam obtidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente estudo tem o intuito de despertar o desejo de novas pesquisas realizadas pelos psicopedagogos acerca de como os psicopedagogos são capazes de exercer intervenções a fim de facilitar a inclusão das crianças com TEA no ambiente escolar,

desempenhando um papel essencial na evolução da autonomia desses indivíduos; trazendo à tona que os estudos neste âmbito estão escassos, com última publicação sobre o tema em 2017. Posto isso, ferramentas específicas e focalizadas no progresso de habilidades funcionais e adequadas, ajudam os indivíduos dentro do espectro a alcançar competências necessárias para ultrapassar os obstáculos do dia a dia e participar de maneira ativa na vida em sociedade.

A psicopedagogia pode atuar na evolução das funções executivas nas crianças com TEA, pois a inflexibilidade cognitiva, apego à rotina, atividades ritualizadas e repetitivas, e dificuldade no simbolismo, estão associadas com o funcionamento das funções executivas.

Outrossim, os psicopedagogos desempenham um papel significativo na indicação e intervenção precoce nos casos de TEA. Trabalhando em parceria com pais, professores e profissionais de saúde, podem auxiliar a identificar sinais precoces de autismo e intervir de forma adequada, logo, o mais cedo possível. Compreendendo que, o diagnóstico e tratamento precoce é crucial, pois estabelece uma diferença significativa no prognóstico das crianças com TEA.

Em suma, realizando esse papel abrangente na transformação do desenvolvimento e inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista, seu trabalho é essencial para garantir que esses indivíduos obtenham acesso às oportunidades e apoio que necessitam para alcançar seu absoluto potencial e participar da vida em sociedade juntamente com o apoio e contribuição dos profissionais que acompanham os pacientes, tornando, da mesma forma, a família ativa no processo de generalização de comportamentos apropriados e aprendizagem contínua.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5-TR: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. rev.** Porto Alegre: Artmed, 2023.

BELO, R. A.; CAVALCANTE DA FONSECA, T. A relação entre autismo, família e aprendizagem, em artigos da base de dados Scielo (2003-2019). **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 118–132, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13539>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BERTOLDI, F. S.; BRZOZOWSKI, F. S. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 341-352, dez. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System. **Behavior Modification**, v.25, n.5, p.725-744, 2001.

BOSSA, Nadia Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

BOSA, C.A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 47- 53, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/?lang=pt>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 16 de abril de 2024.

BRASIL. Lei no 10.172, 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan.2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

CAMARGO, S. P. H.; RISPOLI, M. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 26, n. 47, p. 639–650, 2013. DOI: 10.5902/1984686X9694. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6994>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CANAL AUTISMO. **Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA**. Canal Autismo, 23 de março de 2023. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 16 de março de 2024.

CNN BRASIL. **Entenda como o diagnóstico do espectro do autismo se tornou mais fácil e frequente**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-como-o-diagnostico-do-espectro-do-autismo-se-tornou-mais-facil-e-frequente/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DAMBROS, A. R. T. Intervenção psicopedagógica: mediação para o desenvolvimento da criança autista / Psycho-pedagogical intervention: mediation for the development of autistic children. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 11795–11809, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-223. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44118>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DIAS, B. E.; MENDES, I. F.; OLIVEIRA, S. P. Z. DE. **O papel do Psicopedagogo no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e suas causas**. 2019. Disponível em: <http://dspace.sws.net.br/jspui/handle/prefix/1105>. Acesso em: 12 de Abril de 2024.

FADDA, G. M.; CURY, V. E. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1100389>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Disponível em: <https://doceru.com/doc/sv5vc5c>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

FISCHER, G. M.; GESSER, V. **Repetência: a avaliação sob a ótica das crianças**. 1 ed. Appris: Curitiba, 2016.

FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Rev. Psicopedagogia** 2014;31(96):236-253. Disponível em: <<https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/62>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FONSECA, K. de A.; LOPES JUNIOR, J.; CAPELLINI, V. L. M. F. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores.** Janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/284714913_ANALISE_DE_ADEQUACOES_CURRICULARES_NO_ENSINO_FUNDAMENTAL_subsidios_para_programas_de_pesquisa_colaborativa_na_formacao_de_professores>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. **O Rezinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis.** São Paulo: Ed. nVersos, 2019. 109 p.

GAIATO, M. **S.O.S. autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista.** São Paulo: Ed. nVersos, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>>.

GUIMARÃES, Á. A.; MEZZOMO, C. L.; BERTOLDO, J. V. Contribuições interdisciplinares de psicopedagogia e fonoaudiologia na potencialização de funções executivas superiores em crianças com transtornos de aprendizagem. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 462-481, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/6559/4580>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JESUS, Juliana Campos de; OLIVEIRA, Thais Porlan; REZENDE, Junio Vieira de. Generalização de mandos aprendidos pelo PECS (Picture Exchange Communication System) em crianças com transtorno do espectro autista. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 531-543, jun. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-07>.

LORD, C., Storoschuk, S., Rutter, M., & Pickles, A. (1993). Using the ADI-R to diagnose autism in preschool children. **Infant Mental Health Journal**, 14(3), 234-251.

MAENNER, M. J. et al. **Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos - Rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento, 11 locais**, Estados Unidos, 2020. MMWR Surveill Summ, v. 72, No. SS-2, p. 1–14, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MESIBOV G. **Formal and informal measures on the effectiveness of the TEACCH Programme. Autism Int J Res Prac.** 2007; 1(1):25-TEA. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/245771572_Formal_and_Informal_Measures_on_the_Effectiveness_of_the_TEACCH_Programme. Acesso em: 26 de abril de 2024.

RUTTER, M. Lord, C.; DILAVORE, P. C.; Risi, S.; GOTHAM, K.; BISHOP, S. L.; LUYSTER, R. J.; GUTHRIE, W. **Escala de Observação para o Diagnóstico do Autismo. 2ª ed.** Lisboa: Hogrefe, 2023.

MOHER, D.; LIBERATI A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Tradução: GALVAO, T. F. PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000200335>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MUNIZ, S.M.; VIANA, T.V.; MUNIZ, R.de F.; SALES, J. F. A psicopedagogia como fator de influência na inclusão e na avaliação da aprendizagem de crianças com transtorno do espectro do autismo. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL AVALIAÇÃO E SEUS ESPAÇOS: DESAFIOS E REFLEXÕES**, 7., Fortaleza, 9-11 nov. 2016. Anais... Fortaleza: UFC, 2017. p. 1571-1588. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36153>>. Acesso em: 13 de abril de 2024.

NASCIMENTO, F. F.; CRUZ, M. M.; BRAUN, P. Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na Scielo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 24, n. 125, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312290967_Escolarizacao_de_pessoas_com_transtorno_do_espectro_do_autismo_a_partir_da_analise_da_producao_cientifica_disponivel_na_Scielo-Brasil_2005-2015>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

NASCIMENTO, G. A.; SOUZA, S. F. de. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada**. Paidéia (Ribeirão Preto), Belo Horizonte, ano 13, nº

19, p. 163-185, jan./jun. 2018. Disponível em:
<<http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/6322>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NEVES, A. J. et al. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 12, p. 43-70, 2014. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/edur/a/Jd3FJrfnHs4dDrLqLRSqJJw/>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

NOGUEIRA, T. Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo. **Revista Época**, São Paulo, n. 473, p. 76-85, jun. 2007. Disponível em:
<<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77644-8055,00.html>>. Acesso em: 13 de março de 2024.

OLIVEIRA, J.; PAULA, C. S. Estado da arte sobre inclusão escolar de alunos com transtornos do espectro do autismo no Brasil. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 53-65, 2012. Disponível em:
<<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11223/6955>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

PAIVA JR., F. Prevalência de autismo: 1 em 36 é o novo número do CDC nos EUA. **Canal Autismo**, 23 mar. 2023. Disponível em:
<<https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

PINTO, R. N. M. et al.. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, p. e61572, 2016. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G.. **Intervenção precoce em crianças com autismo: modelo denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização**. Lisboa: Lidel, 2014. 359 p.

REIS, H. I. S.; PEREIRA, A. P. S.; ALMEIDA, L. S. Características e especificidades da comunicação social na perturbação do espectro do autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 3, p.325-336, set. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/3xpxVppcrgDynBCM4TVDptQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

SANTOS, E. M. P. Crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista: a importância do psicopedagogo no processo ensino aprendizagem. REBESDE, [S.l.], v. 3, n. 1, p. [paginas], 2022. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/rebesde/article/view/125/95>. Acesso em: 13 de março de 2024.

Schopler, E.; Reichler, R.J.; DeVellis, R.F.; **Daly K. Toward objective classification of childhood autism: Childhood Autism Rating Scale (CARS).** J Autism Dev Disord. 1980;10:91-103.

Sundberg, M. L. (2008). **Verbal behavior milestones assessment and placement program: The VB-MAPP** Concord, CA: AVB Press.

STAINBACK, W. et al. A aprendizagem nas escolas inclusivas: e o currículo?. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W.. (Org.) **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369609518/INCLUSAO-Um-Guia-Para-Educadores-livro-Completo-1>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE).** Cascavel: EDUNIOESTE, 2022. 488 p. ISBN 978-65-87438-31-3. Disponível em: https://editora.unioeste.br/index.php?route=product/product&product_id=186>. Acesso em: 12 abr. 2024.

WUO, A. S.. Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). **Saúde soc.**, São Paulo, v. 28,n. 3,p. 210-223, set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n3/1984-0470-sausoc-28-03-210.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.